



**Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Direito**

**CAMILLA MONTEIRO BRASIL DE PAULA**

**Trabalho e cárcere: o PLS 580/2015 como ameaça à função  
ressocializadora do trabalho prisional**

**Brasília  
2018**

[Digite aqui]

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO

**Trabalho e cárcere: o PLS 580/2015 como ameaça à função  
ressocializadora do trabalho prisional**

Autor: Camilla Monteiro Brasil de Paula

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Sousa Queiroz

Monografia apresentada à Faculdade  
de Direito da Universidade de Brasília,  
como requisito parcial para obtenção  
do título de Bacharel em Direito.

Brasília, 07 de dezembro de 2018.

[Digite aqui]

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

CAMILLA MONTEIRO BRASIL DE PAULA

**O PLS 580/2015 como ameaça à função ressocializadora do trabalho prisional**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovada em: 07 de dezembro de 2018.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Queiroz de Souza  
(Orientador – Presidente)

---

Mestranda Juliana Araújo Lopes  
(Membro)

---

Advogada Ana Clara Gontijo Balzacchi  
(Membro)

---

Doutorando Bruno Arthur Hochheim  
(Suplente)

[Digite aqui]

A Deus e à minha rainha Marilda  
Rodrigues Monteiro.

[Digite aqui]

## **Agradecimentos**

A Deus, em primeiro lugar, por ter me dado forças para perseguir e realizar o sonho de ser a primeira de minha família a obter o grau de Bacharelado em uma Universidade Pública e por toda experiência que esta oportunidade me proporcionou.

A meu pai Ricardo que se esforçou em me ajudar a tomar bons caminhos na graduação e que sempre me motivou a dar meu melhor. A meu pai Gustavo que sempre confiou em mim acima de tudo. A minha mãe que foi guerreira e nunca deixou faltar nada para que eu pudesse estudar com tranquilidade. A meus irmãos, minha madrasta e a toda a minha família que me acompanharam de maneira muito bondosa e empática.

Agradeço, em especial, à minha avó, por ter ingenuamente acreditado que eu sou o ser humano mais inteligente do mundo e detentora da alma mais bondosa. Agradeço por todas as lancheiras que levava para a faculdade abarrotadas de comida e por cada vez que me acordou de manhã para ir estudar. Agradeço por sonhar meus sonhos e por doar a vida para que eu pudesse realizá-los. Agradeço por todas as vezes que disse: Minha neta vai ser doutora. Isso me motiva diariamente a levantar e ser o que ela pensava que eu sou.

Aos meus amigos, os quais torceram para que eu concluísse a graduação e que me ajudaram a atravessar as dificuldades após um longo processo de luto. Em especial à minha amiga Norma, que me ajudou profundamente neste período, não só com apoio emocional, mas com chocolate quente e livros.

Por último, porém fundamental neste processo, sem o qual eu não teria conseguido, ao meu noivo, Sérgio. Que escutou meus lamentos, conversou longamente comigo, me aconselhou e me disse diariamente para não desistir. Sem ele nada disso seria possível.

## **Resumo**

Verifica a impossibilidade de aplicação do Projeto de Lei do Senado nº 580/2015, o qual pretende fazer com que o preso ressarça o Estado por seus custos no cárcere, pois distorce noções de justiça, ressocialização e dignidade da pessoa do apenado. Trata-se de uma pesquisa embasada na doutrina no que tange aos conceitos de trabalho, função da pena e regime jurídico aplicado ao trabalho carcerário, sendo que este último surgiu concomitantemente a criação dos estabelecimentos prisionais. Foi feito um resgate histórico da compreensão das funções da pena e como isso afeta na relação trabalho e cárcere. Aponta que, com a evolução da sociedade o trabalho prisional passou a ser compreendido como parte integrante da reabilitação, não mais como punição como era anteriormente. O estudo destaca o regime jurídico ao qual estão submetidos os trabalhadores no cárcere, sendo a Lei de Execução Penal aplicadas a essas relações jurídicas e não a Consolidação das Leis do Trabalho. Também foram utilizados dados de pesquisas quantitativas realizadas pelo Departamento Penitenciário Nacional. Aponta, a partir dessas pesquisas, que o trabalho carcerário é inexpressivo e improdutivo frente a população carcerária no Brasil, além de não contribuir efetivamente para a ressocialização. Concluiu ante os dados e conceitos enfrentados pela inconveniência do PLS em questão.

Palavras-chaves: Cárcere; trabalho prisional; projeto de lei; ressocialização; reabilitação; preso; lei de execução penal.

## **Abstract**

Recognizes the impossibility of applying Senate Bill 580/2015, which seeks to make the prisoners reimburse the State for their costs in jail, as it distorts the notions of justice, resocialization and dignity of the convict. The research is based on the doctrine in regard to the concepts of work, function of the penalty and legal framework applied to prison work, as the latter arose concomitantly the creation of prisons. A historical rescue was made regarding the understanding of the functions of the penalty and how it affects the relations between work and prison. It points out that, with the evolution of society, prison work came to be understood as an integral part of rehabilitation, no longer as a punishment as it was before. The study highlights the legal framework to which the workers are subjected in the prison, being the Criminal Execution Law applied to these legal relations and not the Consolidation of Labor Law. Data from quantitative surveys carried out by the National Penitentiary Department were also used. These data points out that prison work is inexpressive and unproductive in view of the prison population in Brazil, besides not contributing effectively to resocialization. Concluded from the data and concepts presented for the inconvenience of the PLS in question.

Keywords: Jail; prison work; bill of rights; resocialization; rehabilitation; convict; law of criminal execution.

## **Lista de Gráficos**

<b>Gráfico 1. Remuneração recebida pelas pessoas privadas de liberdade em atividades.....</b>	<b>25</b>
<b>Gráfico 2. Tempo total de Penas da população prisional condenada.....</b>	<b>31</b>



## **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1. Pessoas privadas de Liberdade no Brasil em Junho de 2016....</b>	<b>23</b>
<b>Tabela 2. Pessoas privadas de liberdade em atividade laboral por UF.....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 3. Remuneração recebida por pessoas privadas de liberdade em atividades laborais por Unidade da Federação.....</b>	<b>26</b>

### **Lista de Abreviaturas**

<i>ANAMATRA</i>	<i>Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho</i>
<i>CLT</i>	<i>Consolidação das Leis do Trabalho</i>
<i>LEP</i>	<i>Lei de Execução Penal</i>
<i>PLS</i>	<i>Projeto de Lei do Senado</i>
<i>STJ</i>	<i>Superior Tribunal de Justiça</i>

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1. Trabalho e o ambiente prisional</b>	<b>3</b>
1.1 Funções da Pena	3
1.2 Contexto histórico da relação trabalho e pena	6
1.3 O papel do trabalho na sociedade e seu aspecto ressocializador	8
<b>2. Regime Jurídico do Trabalho do preso</b>	<b>13</b>
2.1 Direito / Dever ao trabalho	13
2.2 O trabalho realizado pelo encarcerado e sua remição	17
2.3 O regime de prestação de serviços pelos presos	19
<b>3. Análise do Levantamento Nacional de informações penitenciárias e a inviabilidade do PLS 580 de 2015</b>	<b>22</b>
3.1 Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias	22
3.2 Inviabilidade do Projeto de Lei do Senado 580 de 2015	28
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>33</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>35</b>



## INTRODUÇÃO

O estudo aqui realizado tem como intuito se desenvolver em temas atuais no que concerne à relação trabalho e cárcere. Dado o momento presente, buscou-se demonstrar o risco apresentado à ressocialização do preso por meio do Projeto de Lei do Senado 580/2015, o qual versa sobre a obrigatoriedade do recluso de ressarcir o seu custo para o Estado, seja com recursos próprios ou com o trabalho intramuros.

Para corroborar com a hipótese a ser levantada, trataremos das funções da pena, traçando uma evolução histórica da qual se verifica a aproximação da execução penal do conceito de dignidade da pessoa humana. Ainda sob o prisma histórico, trataremos como o trabalho realizado em ambiente prisionais acompanhou esta tendência de humanizar as funções da pena, tornando-se parte da função ressocializadora.

O tema em questão encontra motivação no próprio contexto atual de crise do sistema penitenciário, a qual certamente reflete a incapacidade do Estado de reabilitar o indivíduo para o convívio em sociedade. Não obstante esta motivação geral, ante a oportunidade de convivência com egressos do sistema penal, dentre os quais a maioria não teve a oportunidade de exercer atividade laboral no cárcere, sendo maiores as oportunidades de estudo, surgiu o interesse de compreender melhor a realidade do trabalho prisional.

O problema de pesquisa aqui enfrentado é se ressarcimento pelo preso dos gastos que o sistema penitenciário tem com a execução de sua pena é justo e exequível no cenário atual, seja por recursos próprios ou pelo trabalho, conforme pretensão da referida proposição do Senado. Com isto, levanta-se a hipótese de que não só tal previsão é injusta e inexecutável, como também, quando associada ao trabalho, despe a pena de sua função ressocializadora, retomando o entendimento, por ora superado, de que o trabalho tem função punitiva na execução da pena e funciona como meio de vingança social.

Para comprovar a hipótese mencionada, será feita uma análise do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, de autoria do Departamento Penitenciário Nacional, integrante do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Os dados a serem tratados, muito embora auferidos em 2016, são os mais recentes a nível Nacional.

Também será trazida ao estudo a Nota Técnica emitida pela Associação Nacional de Magistrados do Trabalho, referente ao Projeto de Lei do Senado em questão, no que tange à proteção do preso e de sua dignidade quanto a trabalho e existência social, ante um possível abuso estatal de sua força de trabalho.

## **Capítulo 1 – Histórico trabalho e pena**

Neste capítulo introdutório pretende-se traçar um panorama histórico de evolução do modo que a sociedade compreende as funções da pena e como este entendimento influencia na relação trabalho e cárcere. Desta feita, perpassaremos, inevitavelmente, conceitos que envolvem direitos humanos, de modo a avaliar esta relação sob o prisma da dignidade da pessoa humana e do Estado Democrático de Direito.

### **1.1 Funções da Pena**

Gilberto Ferreira divide por períodos a aplicação da pena na sociedade. Segundo ele houveram três períodos cuja principal função da pena era a vingança. No primeiro deles a vingança era privada, pois prevalecia a lei do mais forte, sendo que a vingança poderia ultrapassar a pessoa do criminoso. No segundo, a pena era tida como uma vingança divina, por meio da qual o ofensor se purificava e reparava o mal cometido. Por fim, a terceira vingança era pública e emanava da vontade do Estado soberano. Todas elas tinham, ainda que residualmente, a função de punir o indivíduo, porém o faziam por meio de pena de morte, açoitamento, mutilação, dentre outras maneiras cruéis e desarrazoadas.<sup>1</sup>

Com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão podemos observar um giro hermenêutico no âmbito da aplicação da pena, denominado por Ferreira como período humanitário, no qual visava-se a humanização da pena, fato que levou os Estados a abolirem, gradativamente, as penas cruéis, além de estabelecer, quando da aplicação da pena, correlação entre o delito praticado pelo infrator e a pena a ele aplicada. Percebeu-se com isso, o surgimento da função ressocializadora da pena. Destaca-se que as penas cruéis foram substituídas por privativas de liberdade, o que implicou na construção de presídios para alocar os condenados.<sup>2</sup>

Em momento posterior, denominado período científico, a pena deixa de ser relacionada somente com o delito praticado, incorporando a análise do infrator, aplicando-se o pressuposto de que a pena deve ser individualizada, posto que o indivíduo deve ser considerado quando da prática criminosa. A pena deixou de ser aplicada, portanto, como um castigo, passando a ser como um remédio em dosagem que deveria ser proporcional ao crime e ao agente.

---

<sup>1</sup> FERREIRA, Gilberto. Aplicação da Pena. Ed. Forense, 1995. p. 7 a 11.

<sup>2</sup> FERREIRA, Gilberto. Aplicação da Pena. Ed. Forense, 1995. p. 12 a 16.

Não obstante a evolução social observada nos períodos supramencionados, as conseguintes duas Grandes Guerras representaram significativo retrocesso neste campo, bem como em tantos outros. No entanto, o cerceamento de direito e a barbárie vivenciada neste período deu ensejo a um período de direitos e garantias de maneira difusa, como jamais havia se vivenciado na história registrada da humanidade.

Ferreira intitula o período subsequente, que se prolonga até a atualidade, de Nova Defesa Social. Apesar da tendência abolicionista do direito penal observada pelo autor em algumas ramificações teóricas, este movimento consiste, em suma, compreensão de que a execução da pena não tem efeito somente sobre o apenado, mas também na sociedade. Isto porque este será, eventualmente, reinserido no convívio social, sendo necessário que o ambiente de cumprimento de pena proporcione ao apenado condições de melhora, garantindo um tratamento humanitário e ressocializador.<sup>3</sup>

Feito este apanhado histórico, passemos a uma análise pragmática das funções que a pena pode possuir não só perante a pessoa do apenado como também frente à sociedade, principalmente no Estado Democrático de Direito.

Guilherme Nucci conceitua pena de maneira direta e didática como “sanção imposta pelo Estado, através da ação penal, ao criminoso, cuja finalidade é a retribuição ao delito perpetrado e a prevenção a novos crimes”<sup>4</sup>. Deste conceito destrincharemos duas funções da pena.

A primeira delas é a retributiva, a qual objetiva a “retribuição ao mal concreto do crime com o mal concreto da pena”<sup>5</sup>. Tendo o Estado o monopólio da jurisdição, este aplica a pena de maneira a não deixar impune a invasão da esfera de direitos individuais por outrem, com o intuito de, em certa medida, satisfazer o senso social de que a “justiça foi feita”, contendo os particulares dos ímpetos de quererem pessoalmente retribuir o mal que foi-lhe causado pelo ofensor. Um exemplo deste objetivo de retribuir o mal causado no ordenamento jurídico brasileiro é que, quando as consequências da ação culposa do infrator recaírem sobre sua pessoa de maneira tão grave que a pena se torne desnecessária, o juiz poderá deixar de aplicar a pena.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Gilberto. Aplicação da Pena. Ed. Forense, 1995. p. 16 a 21

<sup>4</sup> NUCCI, Guilherme Souza. Manual de Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Forense, 12ª edição, 2014, p. 308 do arquivo digital.

<sup>5</sup> HUNGRIA, Nelson *apud* NUCCI, Guilherme Souza. Idem, p. 313.

<sup>6</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940. Código Penal Brasileiro.



No entanto, como veremos a seguir, o indivíduo encarcerado, assim como os que permanecem no convívio social, não pode estar sujeito a abusos estatais e devem ter seus direitos fundamentais protegidos. Nucci destaca algumas características do caráter supramencionado, sendo elas:

*a) o crime é ato contra a sociedade, representada pelo Estado; b) o interesse na punição é público; c) a responsabilidade do agente é individual; d) há o uso estritamente dogmático do Direito Penal; e) utiliza-se de procedimentos formais e rígidos; f) predomina a indisponibilidade da ação penal; g) a concentração do foco punitivo volta-se ao infrator; h) há o predomínio de penas privativas de liberdade; i) existem penas cruéis e humilhantes; j) consagra-se a pouca assistência à vítima; l) a comunicação do infrator é feita somente por meio do advogado.<sup>7</sup>*

A segunda função que emana da pena é a da prevenção, a qual pode ser entendida sob quatro enfoques:

*a) geral negativo, significando o poder intimidativo que ela representa a toda a sociedade, destinatária da norma penal; b) geral positivo, demonstrando e reafirmando a existência e eficiência do Direito Penal; c) especial negativo, significando a intimidação ao autor do delito para que não torne a agir do mesmo modo, recolhendo-o ao cárcere, quando necessário e evitando a prática de outras infrações penais; d) especial positivo, que consiste na proposta de ressocialização do condenado, para que volte ao convívio social, quando finalizada a pena ou quando, por benefícios, a liberdade seja antecipada.<sup>8</sup>*

Percebe-se, com estes desdobramentos, que o caráter preventivo, além de se aplicar a pessoa do condenado, seja como meio de tentativa de coibir a reincidência ou de incentivo à ressocialização, ainda possui um caráter mais geral, direcionado à sociedade, com o intuito de inibir outras pessoas a práticas criminosas, bem como de servir como demonstração da eficiência do Estado no exercício do seu papel punitivo, o que se relaciona com a questão do senso de justiça da sociedade citado na função retributiva.

Por fim, a pena possui uma função primordial, sendo esta menos ligada ao cometimento do crime em si e mais empenhada em uma melhora social: a ressocialização. No ordenamento jurídico brasileiro, esta é afirmada no art. 10 da Lei de Execuções Penais, o qual prevê que “A assistência ao preso e ao internado é dever

---

<sup>7</sup> NUCCI, Guilherme Souza. Manual de Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Forense, 12ª edição, 2014. p. 314 do arquivo digital.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 308.

do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.”<sup>9</sup>. É sabido que no ordenamento jurídico brasileiro não se adota a prisão perpétua, sendo que o cumprimento máximo de uma pena em regime fechado é de trinta anos. Desta feita, esta função da pena faz-se necessária, vez que os apenados, via de regra, retornam ao convívio social.

A supracitada função é de extrema importância para a compreensão da relação entre trabalho e cárcere que se pretende desenvolver neste estudo, de tal sorte que será mais explorada em momento oportuno.

## **1.2 Contexto histórico da relação trabalho e pena**

Para Carlos Machado Rui Alvim, o trabalho como elemento constitutivo da pena surgiu no século XVI, concomitantemente à criação das penitenciárias. Com o desuso de penas corporais como a mutilação, pena de morte, dentre outras penas cruéis, a pena privativa de liberdade passa a ser adotada amplamente como principal meio de condenação. Neste início, o trabalho penitenciário não tinha nada de nobre e era utilizado precipuamente como vingança pública e meio de proteção social, de tal sorte que os presos eram despidos de aspectos de dignidade e forçados aos trabalhos mais pesados e nocivos por serem considerados como ignorantes.<sup>10</sup>

A despeito deste período, o clássico da Literatura “Os Miseráveis” de Victor Hugo ilustrou a pena das Galés, a qual foi condenado o personagem principal pelo roubo de um pão, que consistia no trabalho forçado pelos detentos como remadores nas galés, de tal maneira que poderia se equiparar ao trabalho escravo, pelo seu caráter forçado e sua execução em condições desumanas.<sup>11</sup>

As penas privativas de liberdade associadas ao trabalho não surgiram como uma maneira de tornar a punição ao criminoso mais humanitária, mas como um meio de aproveitamento desta mão de obra para a sociedade capitalista incipiente. Neste contexto também o trabalho apresenta-se como forma de disciplinar os condenados, acostumando-os a submeterem-se a regras, vez que o crime era tido como forma de insubmissão.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais.

<sup>10</sup> ALVIM, Carlos Machado Rui. O trabalho penitenciário e os Direitos Sociais. São Paulo. Ed. Atlas pg. 25 e 26, no arquivo digital p. 11 e 12.

<sup>11</sup> HUGO, Victor. Os Miseráveis. São Paulo: 2014. Editora Schwarcz s.a.

<sup>12</sup> LIMA, Ana Paula da Silva e SANTOS, Maria de Fátima de Sousa. A Propósito da prisão e do Trabalho penitenciário. p. 6 do arquivo digital.

Com a evolução do conceito de direitos humanos, como descrito acima quanto às funções da pena, a pena perde seu caráter meramente retributivo, juntamente com a própria transformação da noção do trabalho, que perde seu caráter punitivo. Diante deste giro, frente a uma situação de crise econômica, nos anos de 1840 a 1845 o proletariado confrontou o trabalho prisional alegando que este diminuiria as oportunidades da população em geral, como se houvesse concorrência por emprego entre estes dois públicos. No entanto, para Foulcalt, o trabalho carcerário era economicamente inexpressivo e de fraco rendimento, não apresentando óbice para a geração de emprego para a população não presa.<sup>13</sup>

No Brasil, por sua vez, o trabalho foi inserido como elemento da condenação com o Código Criminal do Império, cujas penas de prisão poderiam ser simples ou com trabalho, devendo o estabelecimento prisional ter as adaptações necessárias para o cumprimento desta última, de forma que, enquanto assim não o fosse, a pena seria aplicada como prisão simples acrescida de 1/6.<sup>14</sup> Ao crescer o tempo de pena quando cumprida de forma simples enquanto deveria ter sido com trabalho, comprova-se o caráter punitivo dado a atividade laboral. Neste sentido, havia também a previsão na lei penal de que os condenados à pena de multa que não fossem capazes de pagá-las, cumpririam a pena de prisão com trabalho até que o valor fosse saldado.<sup>15</sup> Percebe-se que o trabalho fazia parte do aspecto retributivo da pena, não contando ainda com o deslinde da ressocialização.

No Código Penal seguinte, de 1890, já no Brasil República, ainda havia a previsão de pena específica de prisão com trabalho,<sup>16</sup> devendo ser cumprida em estabelecimentos agrícolas<sup>17</sup> de maneira condizente com as habilidades do preso e prévias ocupações<sup>18</sup>. Havia, neste período, maior respeito pela dignidade da pessoa do condenado, apesar do aspecto retributivo ainda ser mais forte que o ressocializador.

Por fim, o Código Penal que vige atualmente prevê em seu art. 39 que o trabalho pelo preso será remunerado<sup>19</sup>, o que leva a conclusão de que o labor nesta

---

<sup>13</sup> Foulcalt apud LIMA, Ana Paula da Silva e SANTOS, Maria de Fátima de Sousa. A Propósito da prisão e do Trabalho penitenciário. p. 6 e 7 do arquivo digital.

<sup>14</sup> BRASIL. LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Código Criminal do Império. Art. 49.

<sup>15</sup> BRASIL. LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Código Criminal do Império. Art. 57.

<sup>16</sup> BRASIL. DECRETO-LEI nº 847 de 12 de outubro de 1890. Art. 43, d.

<sup>17</sup> Ibidem. Art. 48.

<sup>18</sup> Ibidem. Art. 58.

<sup>19</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Art. 39.

esfera não era mais parte integrante da pena como um malefício, mas sim como uma benesse decorrente do objetivo da ressocialização. No entanto, foi com a Lei de Execuções Penais de 1984 que o trabalho prisional passou a ter mais algumas garantias, de tal sorte que trataremos sobre elas posteriormente.

### **1.3 O papel do trabalho na sociedade e seu aspecto ressocializador**

O trabalho tem papel fundamental na sociedade em que vivemos, vez que ele é o meio pelo qual o indivíduo entrega à sociedade sua parcela produtiva e recebe como retorno a remuneração para sua subsistência e para usufruir do produto do trabalho dos demais indivíduos da sociedade.

É inviável manter a vida que vivemos atualmente, com celulares, eletroeletrônicos, vestuário, calçados, dentre os mais diversos objetos de consumo, serviços e lazer, sem uma rede integrada de trabalhadores. É inegável a dependência mútua neste cenário, pois ninguém poderia produzir toda essa diversidade sozinho, ou até mesmo no nicho de sua família ou de uma comunidade restrita e fechada. Precisamos uns dos outros e o trabalho é a nossa colaboração para o constante processo de desenvolvimento da nossa sociedade.

No entanto, por além da questão social que reveste o trabalho, há também o reflexo na esfera individual, sendo este mais importante que o primeiro, posto que o labor tem caráter constitutivo da identidade do indivíduo. Um exemplo simples disto é que é muito comum, em uma apresentação pessoal, que o indivíduo após falar seu nome fale sua profissão. Faz parte do que a pessoa é o trabalho exercido por ela. Neste ínterim, destaca Gabriela Neves Delgado:

Especificamente quanto à identidade social desenvolvida por meio do trabalho, importa destacar que ela possibilita ao homem se identificar intensamente como ser humano consciente e capaz de participar da dinâmica da vida em sociedade. Possibilita-lhe, também, desenvolver a consciência de que deve cuidar de si mesmo, ou seja, preservando-se e exigindo que a dinâmica tutelada pelo Direito seja cumprida para que esteja materialmente protegido.<sup>20</sup>

A parcela de identidade destacada no trecho acima corrobora com o conceito de trabalho decente desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho, pois este tem como tarefa colocar as pessoas como o centro do desenvolvimento, não somente como operadoras deste, sendo respeitada a sua

---

<sup>20</sup> DELGADO, Gabriela Neves, Direito Fundamental ao trabalho digno. LTR, 2ª edição, 2016. p. 23.

dignidade.<sup>21</sup> No entanto, Delgado destaca que a consciência do indivíduo de sua existência individual e coletiva esta prejudicada, sendo necessário que se revise o papel social de outros atores (empresas, Estado e sindicatos) para corrigir essa falha de percepção do trabalhador de si enquanto diretor de sua própria história, construtor de sua identidade e fim em si mesmo, desenvolvendo maior satisfação pessoal e coletiva.<sup>22</sup>

A autora ainda destaca que, ao mesmo tempo que o trabalho tem o papel importante de construção de identidade, este também pode operar no plano inverso e destruir a consciência do indivíduo de si, quando contido em um cenário cujos parâmetros desrespeitem a dignidade da pessoa humana.<sup>23</sup>

Ademais, ao tomar conhecimento da importância do trabalho na dimensão da pessoa quanto a sua identidade e como este corrobora na consciência de seu papel social, não se pode ignorar a centralidade do conceito de dignidade da pessoa humana no desenvolvimento pleno do indivíduo nas mais diversas esferas. Para tanto será feita uma breve conceituação com o intuito de facilitar o entendimento do trabalho enquanto meio de ressocialização do egresso do sistema penal.

Quanto ao conceito do instituto, para Kant, o homem, ao encontrar-se no meio da natureza, não tem valor que o diferencie dos outros animais, pois são igualmente produtos da mesma terra, no entanto, o homem quando visto enquanto pessoa é dotado de dignidade impassível de valoração, como se verifica no seguinte trecho:

Somente o homem considerado como pessoa, isto é, como sujeito de uma razão prático-moral eleva-se acima de qualquer preço; pois como tal (*homo noumenon*) tem de ser avaliado não meramente como meio para outros fins, nem mesmo para seus próprios fins, mas como fim em si mesmo, isto é, ele possui uma dignidade (um valor interno absoluto), pela qual ele constrange todos os outros seres racionais do mundo a ter respeito por ele e pode medir-se com qualquer outro dessa espécie e avaliado em pé de igualdade.<sup>24</sup>

Para além da noção kantiana supramencionada, cujo conceito de dignidade da pessoa humana o coloca em patamar superior aos demais animais, mantendo a

---

<sup>21</sup> Conceito apresentado em vídeo divulgado no sítio eletrônico da OIT que conceitua o trabalho decente.

<sup>22</sup> DELGADO, Gabriela Neves, *Direito Fundamental ao trabalho digno*. LTR, 2ª edição, 2016.pg. 22.

<sup>23</sup> *Ibidem*. Pg. 25

<sup>24</sup> KANT, Immanuel. *Metafísica dos Costumes*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes; Bragança Paulista, São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2013. – (Coleção Pensamento Humano). PDF disponibilizado pela LeLivros. p. 208.

igualdade entre os pares, o conceito judaico-cristão advém da antiga máxima de que Deus criou o homem<sup>25</sup> a sua imagem e semelhança.<sup>26</sup> Sendo assim, a própria natureza humana o diferencia dos demais animais, cabendo a este dignidade semelhante a de Deus. Nesta conceituação percebe-se que a semelhança entre humano e divino não consiste somente na origem da dignidade, como também no dever de buscar a virtude para assemelhar-se ainda mais à dignidade da qual fomos originados.

Já Hegel, que não se coaduna com a noção kantiana e judaico-cristã de que o ser humano já nasce digno, acredita que a dignidade deve ser conquistada, sendo que o ser humano a adquire ao tornar-se cidadão.<sup>27</sup> Não obstante tal entendimento aparentar que a dignidade da pessoa humana só se realiza neste plano concreto de reconhecimento social, Ingo Sarlet advoga que esta não impede que a pessoa seja dotada de dignidade anteriormente, posto que todas são igualmente reconhecidas enquanto sujeitos de direito, independentemente de suas relações sociais.<sup>28</sup>

Feito este adendo elucidativo, percebemos que independente da divagação conceitual adotada por cada um, destaca-se que a essência da dignidade da pessoa humana é de que cada indivíduo é sujeito de direitos que operam para sua vivência de maneira plena, devendo ser protegido pelo Estado e do Estado contra qualquer ato que atente contra sua integridade física, psíquica, intelectual e moral, cabendo a sociedade o respeito e não intervenção degradante nesta esfera de proteção.

Desta feita, falar de trabalho sem tratá-lo como um meio de promoção da dignidade é ir em contrário senso do que a sociedade brasileira, como tantas outras do mundo, tem pregado, tendo em vista que um assédio moral no ambiente de trabalho pode comumente ensejar, por exemplo, o pagamento de dano moral, bem como um acidente de trabalho que leve a amputação também poderá gerar indenização. Estes são fatos que confluem para o entendimento de que o campo de trabalho é duplamente um ambiente de resguardo e realização da dignidade.

---

<sup>25</sup> A expressão homem pode ser interpretada atualmente como sinônimo de humano.

<sup>26</sup> Gênesis 1, 26-27.

<sup>27</sup> HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich apud SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. p. 26.

<sup>28</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. p. 26.

No ambiente carcerário o trabalho não costuma cumprir nenhum dos papéis acima. No que tange a defesa de sua dignidade, este é mais um ambiente no qual o preso é rebaixado, por meio do tratamento do próprio sistema carcerário, por parte de colegas de trabalho, no caso do regime semiaberto quando o trabalho é externo, ou até mesmo por seus empregadores.

Quanto ao aspecto da realização da dignidade, a não concretização deste papel é ainda mais clara, posto que o trabalho carcerário não possibilita a consciência social de identidade enquanto pessoa ou trabalhador. Além de muitas vezes tal labor ser “ineficiente, marginal e improdutivo”<sup>29</sup>, este ainda não é capaz de prover a própria subsistência do preso e de seus familiares, não se verificando a remuneração enquanto retribuição do trabalho prestado.

Ilton Aparecido de Assis, em sua tese de Mestrado, defende que a prisão por si só já se apresenta como uma ofensa à dignidade humana, pois afeta o direito básico de ir e vir, é carregada de estereótipos e os ambientes prisionais retiram, em sua maioria, a humanidade do preso,<sup>30</sup> colocando-os em celas lotadas, sem condições para descansar ou fazer sua higiene pessoal, sem falar no tratamento deferido aos reclusos pelos próprios agentes penitenciários e de polícia.

Ao apontar que o trabalho prisional deve ser em prol da ressocialização, não se pretende que se realize no ambiente carcerário aquilo que não é nem de longe realizado fora deste, posto que a prisão não deixa de ser um reflexo da sociedade. No entanto, a reorganização do sistema penitenciário e a disciplina que pode ser adquirida por meio do trabalho podem ser verdadeiros fatores que facilitem a ressocialização, diminuindo a violência dentro dos presídios e a reincidência.

Outro aspecto que dificulta a realização da função ressocializadora da pena por meio do trabalho é o fato de que o labor realizado no sistema prisional não condiz com a realidade fática do mercado de trabalho, posto que costuma não elevar o conhecimento técnico do preso sobre uma profissão, sendo visto simplesmente como uma maneira de evitar o ócio, não de realmente traduzir-se em produtividade.

Destaca-se, portanto, que a ressocialização é via de mão dupla, pois demanda do indivíduo teoricamente reabilitado aptidão para o retorno ao seio da

---

<sup>29</sup> BITTENCOURT, Cezar Roberto apud ASSIS, Ilton Parecido de. O Trabalho Prisional: o objetivo inalcançado da ressocialização do condenado. p. 104.

<sup>30</sup> ASSIS, Ilton Parecido de. O Trabalho Prisional: o objetivo inalcançado da ressocialização do condenado. p. 102.

sociedade, bem como demanda da sociedade a capacidade para recepcionar este indivíduo.



## **Capítulo 2 – Não aplicação da CLT ao trabalho do Apenado**

Este capítulo tem por intuito diferenciar o trabalho exercido no ambiente carcerário daquele exercido por trabalhadores regidos pelo diploma normativo de Consolidação das Leis Trabalho. Observaremos que garantias basilares dadas pela CLT como o recebimento de salário em contraprestação do serviço prestado nem sempre se aplicam aos trabalhadores encarcerados, pois estes recebem outra contraprestação: a remissão da pena. Perpassaremos o entendimento de constitucionalidade do direito-dever do preso ao trabalho e, com isso, elucidaremos qual diploma normativo rege essas relações jurídicas e se podemos vê-las como relações trabalhistas.

### **2.1 Direito-Dever ao trabalho no ambiente carcerário**

Conforme elencado no art. 6º da Constituição da República, o trabalho é um direito social.<sup>31</sup> Desta feita, sua materialização pode tornar-se instrumento de diminuição das desigualdades e de realização do indivíduo. Apesar de sabermos ser difícil a realização de tal direito a toda a sociedade no período histórico em que vivemos, cujas oportunidades são menores do que a quantidade de trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho na maioria dos campos de atuação, este não deixa de ser um direito de toda a população.

Não obstante seja muito comum o conhecimento do direito social ao trabalho, o entendimento do trabalho como dever não é muito difundido. Com efeito, a previsão constitucional do art. 5º, II, estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”<sup>32</sup>, de tal sorte que a lei se encarregou de tornar o trabalho uma obrigação do indivíduo perante a sociedade, punindo com pena de quinze dias a três meses aquele que entregar-se “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”<sup>33</sup>.

Ademais, o trabalho no ordenamento jurídico brasileiro apresenta-se como direito e dever para toda a população, vez que um dos objetivos da República é a

---

<sup>31</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988.

<sup>32</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa de 1988.

<sup>33</sup> BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Lei de Contravenções Penais, art. 59.

garantia do desenvolvimento Nacional<sup>34</sup> e este não pode se realizar de forma plena caso seja aceito que a população com capacidade para produzir se entregue ao ócio. Tal permissiva feriria até a máxima de “Ordem e Progresso” estampada em nossa bandeira.

Se esta obrigação se aplica à sociedade como um todo, não teria como ser diferente no contexto prisional. Neste íterim, de acordo com a redação do art. 31 da Lei de Execuções Penais o trabalho é obrigatório ao condenado à pena privativa de liberdade<sup>35</sup>, sendo que este não se confunde com o trabalho forçado vedado pela constituição, vez que respeitará as aptidões e capacidades individuais, bem como contribui para a ressocialização do preso.

Com o intuito de fazer-se cumprir esta obrigatoriedade, o referido diploma legal classifica como falta grave a inobservância deste dever<sup>36</sup>, podendo levar à perda de até 1/3 dos dias remidos<sup>37</sup>. Neste sentido, oportuna é a transcrição de acórdão do Superior Tribunal de Justiça que elucida a questão:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. RECUSA INJUSTIFICADA AO TRABALHO. FALTA GRAVE. O DEVER DE TRABALHO IMPOSTO AO APENADO NÃO SE CONFUNDE COM A PENA DE TRABALHO FORÇADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

– O Superior Tribunal de Justiça, seguindo a posição sedimentada pelo Supremo Tribunal Federal, uniformizou o entendimento no sentido de ser inadmissível o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. Contudo, se constatada a existência de manifesta ilegalidade, é possível a concessão da ordem de ofício.

– O art. 50, inciso VI, da Lei de Execução Penal - LEP prevê a classificação de falta grave quando o apenado incorrer na inobservância do dever previsto no inciso V do art. 39 da mesma lei. Dessa forma, **constitui falta disciplinar de natureza grave a recusa injustificada à execução do trabalho, tarefas e ordens recebidas no estabelecimento prisional. Ainda, determina o art. 31 da LEP a obrigatoriedade do trabalho ao apenado condenado à pena privativa de liberdade, na medida de suas aptidões e capacidades.**

---

<sup>34</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 3º, inciso II.

<sup>35</sup> BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais, art.31. “O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade”.

<sup>36</sup> *Ibidem*. Art. 50, inciso VI.

<sup>37</sup> *Ibidem*. Art. 127.

**– A pena de trabalho forçado, vedada constitucionalmente no art. 5º, inciso XLVIII, alínea 'c', da Constituição Federal, não se confunde com o dever de trabalho imposto ao apenado, consubstanciado no art. 39, inciso V, da LEP, ante o disposto no art. 6º, 3, da Convenção Americana de Direitos Humanos.**

**– Habeas Corpus não conhecido (grifei).<sup>38</sup>**

O dispositivo da Convenção Americana de Direitos Humanos citado no julgado define quais trabalhos não serão considerados como forçados, dentre eles, a alínea “a” enumera: “os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente”<sup>39</sup>. Resta indubitável que o dever ao trabalho previsto na legislação especial penal da qual tratamos não pode se caracterizar como trabalho forçado tanto no contexto nacional como no sul-americano.

Superada esta questão, não se pode olvidar do quesito mais expressivo na esfera individual nesta análise, o do direito ao trabalho. Como veremos posteriormente, o trabalho realizado pelo apenado gera remição, o que leva, naturalmente, ao interesse de uma parte da massa carcerária ao labor. Contudo, há muito o pensamento leigo da população é de que os presos não trabalham por desinteresse.

A TV Câmara possui um programa chamado “Participação popular” o qual possui uma edição semanal na qual eles estabelecem um tema, chamam especialistas da área e a população pode enviar perguntas e participar por meio de comentários no sítio eletrônico desta Casa Legislativa. O programa exibido em dezessete de abril de 2015 teve como tema a indagação se “Presos devem trabalhar?”, cujos comentários na página da matéria refletem a noção majoritariamente retributiva que parte da população tem quanto a pena e até mesmo ao exercício de um ofício durante a execução desta. Dentre eles, destaco três, dentre dezessete, a título exemplificativo:

ROBERTO | 02/08/2016 10H54 | CURITIBA - PR

---

<sup>38</sup> STJ. HABEAS CORPUS Nº 264.989 - SP (2013/0042756-9). Relator: MINISTRO ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP).

<sup>39</sup> Convenção Americana de Direitos Humanos. Art. 6º, 3, “a”.

***Porque uma pessoa que paga seus impostos deve trabalhar e um presidiário Não?*** Só fica fazendo musculação, banho de sol, fumar maconha, dar golpes com celular de dentro do presídio, mandar matar, etc..... com toda essa “liberdade” para cometer crimes de dentro dos presídios, não pode trabalhar para sobreviver? O preso hoje em dia, custa para o governo, mais de R\$ 3.000,00 / Mês.

WELINGTON FRANÇA | 19/04/2015 19H57 | SALVADOR - BA

***Os presos não trabalham não? Apenas os "não presos" é que são punidos com 8 horas de trabalho diários para manter os presos na cadeia totalmente ociosos. Prisão primeiramente é local de punição, para aqueles presos que quiserem podem ser resocializar. O que vemos é que o dinheiro gasto (descontado a corrupção) não ter nenhum retorno para a sociedade.***

FABIO MARTINS | 21/09/2016 10H53 | MACAÉ - RJ

***Preso tem que trabalhar. SEMPRE. Se é vagabundo ou assaltante ou mesmo criminoso de colarinho branco é porque não gosta de trabalhar. Seria simples reduzir a criminalidade neste Brasil, coloque o preso para trabalhar em trabalho pesado, iriam pensar duas vezes antes de cometer seus crimes. Muita gente neste país trabalha em serviços pesados e o preso teria que fazê-lo, precisamos causar medo nas pessoas que pensam em cometer crimes.***<sup>40</sup>

Observa-se dos comentários colacionados que há indivíduos acreditam que o trabalho faz parte da função retributiva da pena ou até mesmo da função preventiva especial negativa, visando punir o preso com trabalho pesado para que este não cometa novos crimes. Ainda que se discorde, academicamente, das funções do trabalho apontadas acima, o intuito desta dissertação não é fazer um juízo de valor quanto a esses posicionamentos, até mesmo porque envolvem aspectos sociológicos como a percepção do que é o trabalho na esfera do indivíduo e da noção de impunidade. No entanto, o objetivo é apontar que o direito ao exercício de uma atividade laborativa está longe de ser amplamente garantido a todos os presos, sendo que eles não deixam de trabalhar porque simplesmente não gostam e preferem ganhar a vida com o crime, até mesmo porque se assim fosse eles poderiam ser

---

<sup>40</sup> Comentários feitos no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Os nomes não foram omitidos pois encontram-se fáceis de acessar no sítio, não sendo possível a identificação do autor do comentário por aqueles que acessam a página. Os comentários foram transcritos da mesma maneira que escritos no sítio, não havendo correções ortográficas, muito embora o conteúdo da mensagem tenha sido transmitido de maneira compreensível.

impelidos ao trabalho por meio do dever já extensamente tratado acima. O que existe dentro do sistema carcerário é, justamente, a falta de oportunidade.

## 2.2 O trabalho realizado pelo encarcerado e sua remição

Os regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade no Brasil subdividem-se em três: fechado, semiaberto e aberto. Com fulcro no entendimento legislado no Código Penal o regime fechado é aquele cuja execução se dá em estabelecimento de segurança máxima ou média, o semiaberto em colônia agrícola, industrial e o aberto em albergues.<sup>41</sup> O referido *Codex*, no mesmo artigo, traz os parâmetros que o julgador deve utilizar para aplicar o regime inicial de cumprimento de pena, sendo que os critérios objetivos são:

- a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
- b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;
- c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.<sup>42</sup>

Quanto aos critérios subjetivos, que visam atender ao princípio da individualização da pena, o juiz possui uma margem de atuação discricionária, pois este poderá estabelecer regime inicial de cumprimento de pena diverso da previsão supra, quando da observância dos critérios do art. 59 do Código Penal: *“culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime e comportamento da vítima.”*<sup>43</sup>

O cumprimento da pena se dá do regime mais gravoso para o menos gravoso, assim sendo, o ordenamento jurídico pátrio prevê alguns abonos aos reclusos que tiverem bom comportamento e apresentarem parâmetros positivos no que tange à ressocialização. Para tanto a Lei de Execução Penal, elenca os tipos de remição do tempo de pena, quais sejam:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

<sup>41</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940. Código Penal Brasileiro, art. 33, §1º.

<sup>42</sup> *Ibidem*. Art. 33, §2º, alíneas “a”, “b” e “c”.

<sup>43</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Art. 33, § 3º.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.<sup>44</sup>

A remição é um instituto que privilegia indivíduos que demonstram buscar aptidões para sua ressocialização, de tal sorte que abate o tempo total de pena e serve de computo para cálculos de novos benefícios. Neste passo, o preso atinge, paulatinamente, maiores graus de contato com a sociedade com a progressão de regime, sendo que a remição acelera este processo, justamente por pressupor que, ao desempenhar certas atividades, o preso acelera o processo de ressocialização.

Quanto a jornada de trabalho diária o art. 33 da LEP estabeleceu que esta será de no mínimo seis e no máximo oito horas.<sup>45</sup> Neste íterim, o STJ entendeu que, independente da carga horária cumprida pelo preso dentro deste intervalo, não haverá distinção para efeito de computo da remição.<sup>46</sup>

Para além da remição pelo trabalho, cujo padrão são três dias trabalhados para um remido, e daquela por meio do estudo, cujo padrão são doze horas de frequência escolar para um dia remido, ainda há a recente orientação da remição pela leitura. A recomendação 44 do CNJ recomenda:

V - estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP - arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos:

e) procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional;

f) assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos;<sup>47</sup>

<sup>44</sup> BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais, art.126.

<sup>45</sup> *Ibidem*. Art. 33.

<sup>46</sup> STJ. RESP nº 1.302.924/RS. Ministro Relator: Sebastião Reis Júnior.

<sup>47</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação 44 de 26 de novembro de 2013.

A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assentou-se no sentido de ratificar a orientação do Conselho Nacional de Justiça, sendo a jurisprudência mais recente emitida no HC 413501 / SP, cuja ementa destaca os critérios estabelecidos na recomendação para o compute da remição por leitura, entendendo viável a interpretação extensiva *in bonam partem* da redação dada pela Lei 12.433/2011, a qual incluiu o estudo como meio de remição da pena no art. 129 da LEP.<sup>48</sup>

Da remição extrai-se proveitos não só para o recluso, mas também para o próprio Estado, dentro os quais destacam-se três. Primeiramente, no que tange a diminuição material do tempo de cumprimento de pena, extrai-se proveito para o preso, que alcançará a liberdade mais brevemente, e, secundariamente, para o Estado que, ao antecipar a saída de reclusos, tem melhores margens numéricas para trabalhar a lotação penitenciária. O terceiro proveito relaciona-se à função preventiva especial positiva, cujo fruto tende a ser a ressocialização do preso, bem corrobora com uma visão de que o Estado foi eficaz na tutela da execução e devolução do indivíduo ao convívio social.

### **2.3 O regime jurídico que rege as relações de trabalho do preso**

Neste tópico, ao tratar do diploma legal que rege as relações trabalhistas dos presos, veremos o contexto formal da norma, sendo que, no capítulo seguinte, apreciaremos a realidade material de realização do labor pelos apenados.

A Lei de Execuções Penais faz apontamento claro de que o trabalho do preso não estará sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho<sup>49</sup>, sendo regido, por seu turno, pelo próprio diploma legal retroaduzido que regulamenta a execução. No entanto, insta destacar que, ainda que o preso esteja sujeito a regime especial de trabalho, este não está totalmente vulnerável quanto a suas garantias fundamentais e dignidade.

Como destacado no tópico anterior a LEP possui delimitação da carga horária de trabalho realizado pelo recluso, sendo um parâmetro razoável e em consonância com a realidade da população não carcerária, bem como previsão de descanso nos domingos e feriados. Além desta proteção, a lei prevê que a remuneração paga a estes trabalhadores não poderá ser inferior a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do

---

<sup>48</sup> STJ. HC 413501 / SP. Ministro relator: Ribeiro Dantas.

<sup>49</sup> BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais, art.28, §2º.

salário mínimo vigente, sendo-lhe garantido direito a previdência social.<sup>50</sup> É mister esclarecer que, as tarefas prestadas quando da condenação à prestação de serviços à comunidade não serão remuneradas, por terem natureza de pena.<sup>51</sup>

Ademais, observa-se no art. 33, Parágrafo Único que ao preso que trabalhar com manutenção e limpeza do estabelecimento prisional poderá ser estabelecido horário especial, no entanto, não faz referência a nenhum adicional caso o trabalho seja prestado no período noturno. Constata-se que, do rol de direitos dos presos elencado no art. 40 e dos demais artigos que tratam do trabalho realizado pelo preso deste mesmo diploma legal, que o trabalhador encarcerado não possui direitos a férias, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Aviso Prévio, dentre tantos outros elencados na CLT.

Frisa-se que, até mesmo o direito a remuneração justa é mitigado pela LEP, pois não há garantia a pagamento de, ao menos, um salário mínimo, sendo arbitrária a fixação em  $\frac{3}{4}$  deste. Não obstante distinção de termos entre a CLT e a LEP, há também distanciamento desta última da própria Constituição da República, pois para não lhe aplicar esta garantia, descaracteriza o trabalhador encarcerado do rol de trabalhadores urbanos e rurais, como se o trabalho desempenhado no ambiente prisional tivesse uma natureza jurídica totalmente diversa, não só no âmbito da contratação, que justificaria a não aplicação da CLT por força do art. 37, inciso II da CF<sup>52</sup>, como também na forma e ambiente no qual o trabalho é prestado.

Neste sentido, faz-se oportuno o destaque de que a Lei de Execuções Penais é anterior à Constituição Federal, de tal forma que os dispositivos citados foram recepcionados pelo novo ordenamento jurídico, não nos cabendo análise quanto a sua constitucionalidade. Frisa-se, porém, ser discricionário e aleatório o parâmetro de que  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo seja suficiente para atender ao rol de destinação do produto da remuneração, de redação:

---

<sup>50</sup> A lei não deixa claro como será esta contribuição, vez que o preso não tem por parâmetro o salário mínimo. Não foram encontrados dados que possibilitem verificação no plano fático.

<sup>51</sup> BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais, art. 29, art. 33 e art. 40.

<sup>52</sup> BRASIL. Constituição da República.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[..]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;



Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.<sup>53</sup>

Apesar de o trabalho realizado pelo apenado não ser mais visto com punição, seu fator obrigatório destaca que a ressocialização, no plano formal, não é vista simplesmente como uma função subsidiária da pena, vez que, como já vimos anteriormente, o principal objetivo do trabalho prisional é fornecer ao preso melhores condições para retorno ao convívio da sociedade, ainda que, no plano fático haja pouca operacionalidade, vez que os trabalhos desenvolvidos no cárcere dificilmente capacitam efetivamente para o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, até mesmo pela realidade atípica prisional.

Por outro lado, ainda há o estigma social que o ex-presidiário carrega consigo ao tentar ingressar no mercado, o que dificulta a concorrência em pé de igualdade com profissionais que, além de estarem cada dia mais qualificados, não possuem antecedentes criminais. Destaca-se que o Estado só oferece incentivos para a contratação deste público durante a execução da pena em regime fechado e semiaberto, que consiste na própria isenção dos encargos aplicados a trabalhadores celetistas, não se estendendo qualquer tipo de benesse ao empregador que contratar egressos do sistema penitenciário como forma de incentivo na contratação. Ou seja, no cenário atual já não há ressocialização efetiva após o período de execução da pena.

---

<sup>53</sup> BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais, art.29, §1º.

### **3. Análise do Levantamento Nacional de informações penitenciárias e a inviabilidade do PLS 580 de 2015**

Neste capítulo traremos os dados mais recentes divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública consistentes na análise da população carcerária de dezembro de 2015 a junho de 2016<sup>54</sup>, sendo os dados divulgados somente em 08 de dezembro de 2017.<sup>55</sup> Não obstante a diversidade de dados coletados e suas inúmeras interpretações, este estudo focará na análise dos dados que corroborem para a elucidação do tema aqui levantado: trabalho e cárcere.

Com fulcro no levantamento a ser feito destes dados, pretende-se advogar pela inaplicabilidade e inviabilidade do Projeto de Lei do Senado 580 de 2015, que versa sobre a obrigatoriedade dos presos de ressarcirem o Estado de suas despesas, seja por meio do trabalho ou de pagamento em dinheiro. Tal projeto de lei, que já se encontra no plenário do Senado para votação, possui diversas inconsistências pragmáticas, bem como violações a direitos básicos do preso que serão destrinchados.

#### **3.1 Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias surgiu, da maneira que conhecemos hoje, em 2014 de uma iniciativa do Departamento Penitenciário Nacional para melhorar a coleta e apresentação das informações no Infopen, sistema que já era alimentado desde 2004 pelos gestores dos estabelecimentos prisionais. Este se apresenta em formato de relatório para que possibilite a qualquer pessoa que o acesse compreender e processar os dados para tecer críticas sobre eles.<sup>56</sup>

Como sabemos, nossa população carcerária é a terceira maior do mundo, de tal sorte que, embora não seja a pretensão deste trabalho compreender as razões sociais pela qual isto acontece, o fato é que o crescimento tem sido exponencial, sem

---

<sup>54</sup> [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf)

<sup>55</sup> Conforme notícia publicada no sítio da Agência Brasil da Empresa Brasileira de comunicação de título “Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>

<sup>56</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016. Relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>

medidas efetivas de reverter este quadro. Na tabela 1 constata-se que o sistema carcerário opera com quase o dobro de detentos de sua capacidade, sendo impossível, neste cenário garantir um ambiente digno que proporcione ao indivíduo ser reabilitado. Embora não haja dados oficiais nacionais de taxas de reincidência, sabemos que um ambiente que por sua própria natureza insalubre e desumanizante, tende a devolver à sociedade um indivíduo mais imerso na criminalidade do que estava antes de ingressar no sistema, pois o crime tende a ser meio de sobrevivência no ambiente da própria cadeia.

**Tabela 1. Pessoas privadas de Liberdade no Brasil em Junho de 2016**

Brasil - Junho de 2016	
<b>População prisional</b>	<b>726.712</b>
Sistema Penitenciário	689.510
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	36.765
Sistema Penitenciário Federal	437
<b>Vagas</b>	<b>368.049</b>
<b>Déficit de vagas</b>	<b>358.663</b>
<b>Taxa de ocupação</b>	<b>197,4%</b>
<b>Taxa de aprisionamento</b>	<b>352,6</b>

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Junho/2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dezembro/2015; IBGE, 2016. 57

Outro quesito que não pode ser ignorado quando da análise desta realidade absurda da quantidade de indivíduos encarcerados é a quantidade de presos provisórios, que chegam a representar 40,2% da população carcerária no Brasil<sup>58</sup> com base em dados fornecidos no relatório do qual estamos tratando. Como destacaremos de maneira mais enfática quando tratarmos da inviabilidade do PLS 580 de 2015, os presos provisórios não são obrigados ao trabalho, sendo os Centros

<sup>57</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016. Relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, p.7. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes->. A numeração da tabela foi alterada, mas o título mantido.

<sup>58</sup> *Ibidem*. p. 8

de Detenção Provisória espaços que não se preocupam, ainda que minimamente, com a reabilitação do indivíduo encarcerado.

Quanto ao percentual de pessoas trabalhando, este se opera em parâmetros ínfimos quando comparado ao total de indivíduos presos. Como destacado na Tabela 2, apenas 15% das pessoas em cumprimento de penas privativas de liberdade exercem atividades laborais. Sendo que Minas Gerais é o Estado de maior percentual de reclusos trabalhando, sendo este de 30%, enquanto São Paulo é o que possui maior número bruto de apenados em atividades laborais, de 31.756, no entanto, com proporção mínima de 13% do total de encarcerados no estado.

**Tabela 2. Pessoas privadas de liberdade em atividade laboral por UF**

UF	Pessoas trabalhando	% de pessoas trabalhando
AC	462	9%
AL	669	10%
AM	1.291	13%
AP	591	22%
BA	1.409	11%
CE	1.045	5%
DF	2.388	16%
ES	1.760	9%
GO	1.821	11%
MA	1.008	13%
MG	18.889	30%
MS	4.607	25%
MT	1.994	19%
PA	1.637	12%
PB	716	6%
PE	2.677	8%
PI	564	14%
PR	5.777	14%
RJ	NI	NI
RN	89	1%
RO	1.864	17%
RR	196	8%
RS	7.947	24%
SC	3.577	17%
SE	474	9%
SP	31.756	13%
TO	711	21%
Brasil	95.919	15%

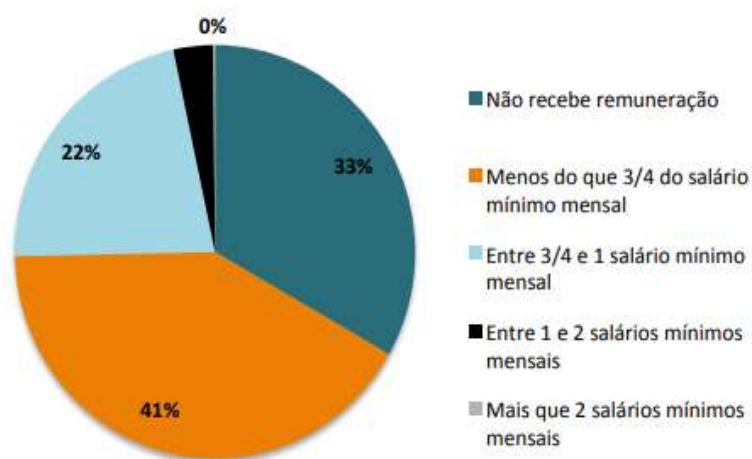
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016. 59

<sup>59</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016. Relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, p. 56. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes->. A numeração da tabela foi alterada, mas o título mantido.

Ao enfrentarmos os dados de maneira isolada não é possível afirmar que o baixo contingente de indivíduos que se dedicam a atividades laborais se dá pela incapacidade estrutural do Estado de prover ocupação a toda sua população carcerária. Apesar de tal afirmação provavelmente se aplicar como uma das justificativas, ainda há o desinteresse estatal em investir na realização da função ressocializadora da pena, bem como não há atrativos para o preso à atividade laboral do ponto de vista social, posto que são trabalhos, como já amplamente tratado, que não tem intuito de verdadeira reinserção do mercado de trabalho. Percebe-se que, talvez a remição da pena não seja atrativa suficiente para a dedicação ao trabalho no ambiente prisional.

Não obstante os fatores acima elencados, ainda percebe-se que a maior parte do trabalho prisional não recebe como retribuição ao trabalho desempenhado remuneração digna. Conforme se verifica na Tabela 3, apenas 22% dos presos que trabalham recebem entre a remuneração mínima prevista na LEP e 1(um) salário mínimo.

#### **Gráfico 1. Remuneração recebida pelas pessoas privadas de liberdade em atividades**



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016. <sup>60</sup>

<sup>60</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016. Relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, p. 58. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes->. A numeração da tabela foi alterada, mas o título mantido. Percebe-se da legenda que o espaço preto do gráfico não possui a correspondente porcentagem, adotando-se o valor de 3% para esta faixa, conforme a tabela seguinte. Muito embora o valor da soma dê 99%, o pesquisador optou por não utilizar casas decimais para precisar ainda mais o estudo.

Constata-se do gráfico em epígrafe que a maioria esmagadora do trabalho prisional é sub-remunerada ou não remunerada. Com isto, destaca-se o argumento do capítulo inicial de que este tipo de trabalho não visa desempenhar sua função de promoção da dignidade da pessoa humana, podendo este dado ser um indício de que esta parcela de trabalhadores não é motivada a trabalhar com o propósito de ressocialização, mas tão somente em prol da perspectiva da remição pelo trabalho. Não se pretende com este apontamento condenar o exercício da atividade laborativa prisional cujo intuito é unicamente a remição, vez que esta faz parte do processo de reinserção do indivíduo na sociedade. No entanto, este exercício não possibilita a realização do indivíduo por meio do trabalho e sua identificação enquanto agente transformador da realidade social, posicionamento desenvolvido nos capítulos anteriores.

**Tabela 3. Remuneração recebida por pessoas privadas de liberdade em atividades laborais por Unidade da Federação**

UF	Não recebe remuneração	Menos do que 3/4 do salário mínimo mensal	Entre 3/4 e 1 salário mínimo mensal	Entre 1 e 2 salários mínimos mensais	Mais que 2 salários mínimos mensais
AC	26%	74%	0%	0%	0%
AL	0%	0%	100%	0%	0%
AM	55%	8%	32%	5%	0%
AP	NI	NI	NI	NI	NI
BA	67%	7%	25%	0%	0%
CE	82%	15%	3%	0%	0%
DF	100%	0%	0%	0%	0%
ES	18%	12%	31%	39%	0%
GO	56%	3%	39%	1%	0%
MA	77%	10%	13%	0%	0%
MG	54%	9%	37%	0%	0%
MS	58%	3%	18%	21%	0%
MT	61%	0%	29%	11%	0%
PA	0%	87%	13%	0%	0%
PB	7%	37%	53%	2%	0%
PE	14%	4%	64%	15%	3%
PI	NI	NI	NI	NI	NI
PR	38%	40%	21%	0%	0%
RJ	NI	NI	NI	NI	NI
RN	76%	0%	24%	0%	0%
RO	37%	0%	49%	14%	0%
RR	63%	0%	38%	0%	0%
RS	62%	24%	9%	4%	1%
SC	9%	17%	61%	13%	0%
SE	78%	1%	18%	4%	0%
SP	27%	53%	18%	1%	0%
TO	25%	63%	12%	0%	0%
<b>Brasil</b>	<b>33%</b>	<b>41%</b>	<b>22%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

61

<sup>61</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016. Relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, p. 59. Disponível

Com relação a precisão metodológica do quadro acima, importante fazer um adendo antes de seguir para a aferição dos dados em análise:

Os estados do Amapá, Piauí e Rio de Janeiro não informaram dados acerca da remuneração das pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais. Já nos estados do Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe e São Paulo, a soma de pessoas por faixa de remuneração auferida ultrapassa o contingente total da população prisional trabalhando no estado, conforme informado pelos gestores responsáveis. Os dados destes estados devem ser analisados com ressalvas, pois há indícios de inconsistências que não foram abordadas pelos responsáveis ao longo da fase de validação dos dados.<sup>62</sup>

Feita esta observação, percebemos que os dados quanto à remuneração do trabalhador, além de retratarem o descumprimento do art. 29, caput, da LEP, ainda não são fornecidos de maneira totalmente transparente, isto quando são informados.

Um dado que chama atenção na tabela colacionada acima é que a Unidade da Federação com maior renda per capita auferida no ano de 2017, de cerca de dois mil quinhentos e quarenta e oito reais,<sup>63</sup> conste que 100% de seu trabalho prisional não seja remunerado. Caso esses dados demonstrem a realidade, há um forte indicativo de que a população carcerária do Distrito Federal que trabalha não desempenhe atividades relevantes o suficiente para a sua reintegração na sociedade ou pior, que o sistema não se preocupa nenhum pouco com padrões de dignidade mínimos para seus 2.388 trabalhadores, número indicado na Tabela 2.

Ainda quanto a última tabela apresentada, enquanto o Distrito Federal apresenta os menores padrões de justiça social no ambiente carcerário, o Estado de Alagoas cumpre, para a integralidade de seus presos a previsão supramencionada da Lei de Execuções Penais de garantia de remuneração correspondente à, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo vigente. Ressalta-se que, a mesma pesquisa que apontou o DF em primeiro lugar do país na renda *per capita*, aferiu que o Estado de Alagoas está em penúltimo lugar, com renda de seiscentos e cinquenta e oito reais.<sup>64</sup> No entanto, é importante ressaltar que não há certeza quanto a correspondência entre os dados e

---

em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes->. A numeração da tabela foi alterada, mas o título mantido.

<sup>62</sup> Trecho referente à nota de rodapé nº 39 do documento em análise. p. 59

<sup>63</sup> <https://g1.globo.com/economia/noticia/renda-domiciliar-per-capita-no-brasil-fica-em-r-1268-em-2017-aponta-ibge.ghtml>

<sup>64</sup> *Ibidem*.

a realidade, mas pressupõe-se certo grau de aproximação por ser uma pesquisa de caráter nacional com certo prestígio.

### **3.2 Inviabilidade do Projeto de Lei do Senado 580 de 2015**

Passaremos agora à análise do Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Waldemir Moka, sem a pretensão de fazer análises de posições políticas ou do contexto histórico-econômico, buscando-se demonstrar a inviabilidade do projeto com o cruzamento de dados apresentados anteriormente sob uma perspectiva jurídica, tecendo uma reflexão no sentido de compreensão do funcionamento do sistema carcerário, das funções da pena e do direito-dever ao trabalho.

A redação do PLS 580 de 2015 que se encontra em tramitação no Plenário do Senado Federal para votação, vez que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, é de seguinte redação:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, DE 2015  
Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com sua manutenção.  
O CONGRESSO NACIONAL decreta:  
Art. 1º Os arts. 12 e 39 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:  
“Art. 12. ....  
§ 1º O preso deverá ressarcir o Estado das despesas realizadas com sua manutenção no estabelecimento prisional.  
§ 2º Se não possuir recursos próprios para realizar o ressarcimento, o preso deverá valer-se do trabalho, nos termos do art. 29 desta Lei.  
§ 3º Na hipótese de não ressarcimento das despesas a que se refere o § 1º, o saldo remanescente será convertido em dívida de valor, aplicando-se-lhe a legislação relativa à cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública.  
§ 4º Exclusivamente na hipótese do § 2º, ao término do cumprimento da pena, eventual saldo remanescente dar-se-á por remido.” (NR)  
“Art. 39. ....  
.....  
VIII – indenização ao Estado das despesas realizadas com sua manutenção;  
.....” (NR)  
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Como visto no momento da tratativa do regime jurídico ao qual está submetido o trabalho prisional, há a previsão na legislação pátria de destinação da receita advinda da remuneração, em proporção a estabelecida, para ressarcimento ao Estado pelas despesas realizadas com o recluso.<sup>65</sup> No entanto, o projeto ao qual nos referimos não se preocupou em estabelecer esta proporção, mas sim em ditar que o valor gasto deve ser ressarcido. Ressalta-se que a proposição não só foi aprovada pela supracitada comissão como possui 45.125 votos pela aprovação dentre

---

<sup>65</sup> BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais. Art. 29.



os 46.515 apurados pelo site do Senado Federal em consulta popular, ainda em aberto.<sup>66</sup> Tal levantamento é mais um dado que reforça a noção do trabalho visto como retribuição.

Por seu turno, tal proposição justifica-se, para seu autor, no fato de que ao transferir os custos do preso para sua própria pessoa, sobriariam mais verbas para saúde e educação<sup>67</sup>, visão confrontada de maneira arrazoada pela Associação Nacional da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) em Nota Técnica juntada aos autos do referido processo legislativo.

De forma genérica como apresentada a proposta legislativa, não há previsão de limites de desconto, abrindo espaço de conclusão no sentido de que toda a remuneração oriunda de trabalho do preso poderia ser direcionada para custeio de sua permanência no estabelecimento prisional. Assim, o trabalho prisional produziria benefícios econômicos ao recebedor do serviço e a contraprestação serviria apenas para a manutenção da própria força humana de trabalho. **Tratar-se-ia de situação conceitual idêntica a de trabalho escravo clássico.**

Sugere-se, pois, que haja limitação percentual dos valores da remuneração que deverão ser direcionados ao ressarcimento ao Estado das despesas com manutenção do estabelecimento prisional.<sup>68</sup>(grifei)

De tal sorte, vemos que adoção do ressarcimento de forma irrestrita ante a remuneração do trabalho do preso encontra óbice na Constituição, posto que pode ser equiparado ao trabalho forçado. Esta equiparação se dá vez que a remuneração deixa de ter as destinações previstas na LEP, passando a subsidiar tão somente o próprio custo do apenado.

Conforme discurso proferido pela Ministra do Supremo Tribunal Federal Carmem Lucia, enquanto ocupava a presidência da Suprema Corte, "um preso no Brasil custa R\$ 2,4 mil por mês",<sup>69</sup> de modo que, perante os dados apresentados no tópico anterior, a remuneração do apenado trabalhador jamais seria capaz de suprir o seu custo. Ainda que não tenha sido a intensão do legislador que a destinação da remuneração do preso se desse integralmente para a cobertura de seu custo para o Estado, não teria como ser diferente ante a realidade exposta, sendo que não só faltaria dinheiro para pagar este custo, como prejudicaria a subsistência do trabalhador que depende desta renda.

---

<sup>66</sup> Votação disponível no sítio eletrônico do Senado Federal, na página do PLC580 de 2015, conforme apuração do dia 03 de dezembro de 2018, às 18:03 horas.

<sup>67</sup> MOKA, Waldemir. Projeto de Lei do Senado nº 580 de 2018. Texto Inicial.

<sup>68</sup> ANAMATRA. Nota Técnica juntada ao projeto de Lei do Senado nº 580 de 2018 em 10 de setembro de 2018.

<sup>69</sup> <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83819-carmen-lucia-diz-que-presos-custam-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil>

Por além dos aspectos já elencados, há diversas questões a serem enfrentadas para que se pense na aplicação de uma proposição desta estatuta. Conforme pretende se estabelecer, somente os indivíduos que tenham trabalhado no curso da execução da pena não precisarão pagar o saldo remanescente ao fim cumprimento. Como observamos, apenas 15% de toda a população carcerária do país trabalhava no último levantamento feito a nível nacional. Desta feita, aproximadamente 85% da população carcerária estaria endividada ao final da execução de sua pena neste cenário.

Sendo o trabalho o único meio viável às pessoas hipossuficientes para saldarem esta dívida, o Estado deveria ser, ao menos, capaz de promover o acesso a este a toda a população carcerária, o que é completamente inviável no presente momento. De nada adiantaria cobrar dos reclusos que cubram seu custo com o trabalho sem dar-lhes a oportunidade de efetivamente trabalhar.

O PLS em questão também não enfrenta o tempo de duração do trabalho ante o período de pena para contar como remido o saldo remanescente de seu custo para o Estado, o que poderia implicar em casos nos quais indivíduos com condenações a longos períodos exerçam o labor apenas nos últimos anos da execução para saldarem a dívida.

Não se pode olvidar que, no Brasil, tem-se grande dificuldade de mensuração de dados, como ficou evidente no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, no qual o próprio documento admite a inconsistência de alguns dados. Neste sentido, não é possível mensurar o custo de um preso para o sistema penitenciário se nem ao menos informações básicas são disponibilizadas corriqueiramente. Ressalta-se que os dados supramencionados foram coletados em 2016, sendo os últimos a serem divulgados, não mais retratando em sua integralidade a realidade populacional carcerária.

Não obstante a dificuldade no levantamento de dados, é notório que somos um país com vários incidentes de corrupção, sendo que já ocorreram denúncias de fraude à licitação por superfaturamento no fornecimento de quentinhas para o sistema penitenciário, por exemplo.<sup>70</sup> Transferir para o preso o custo da corrupção dos agentes estatais, a qual pode se dar em todos os aspectos de sua manutenção no ambiente

---

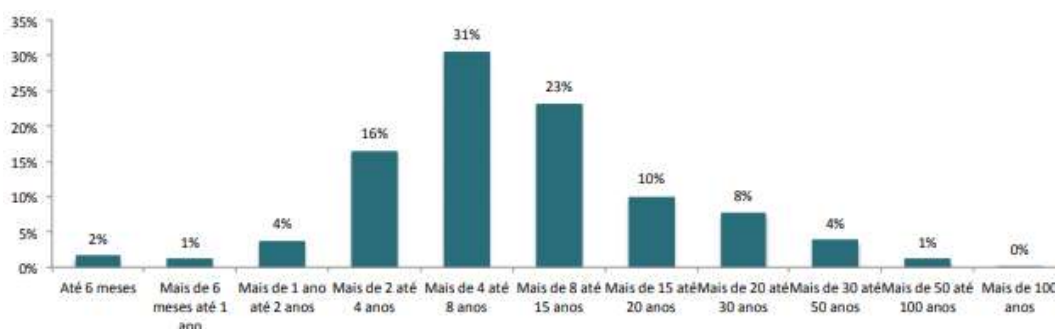
<sup>70</sup> <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mpj-denuncia-30-pessoas-por-fraude-em-licitacao-de-quentinhas-de-presidios-do-rj.ghtml>

carcerário (comida, materiais de higiene, roupas, colchões, etc.) é não só puni-lo por além da sentença condenatória, como também é uma latente injustiça social.

Como apontado pela ANAMATRA na mesma Nota Técnica da qual tratamos, o Estado é o maior beneficiado com o trabalho realizado pelo preso, posto que este costuma atuar no âmbito da manutenção penitenciária<sup>71</sup>, correndo-se o risco de, com esta proposição, o Estado beneficiar-se duplamente, pois além de contar com mão de obra barata para a manutenção do sistema, ainda reteria o fruto do trabalho dos presos como forma de cobertura de seus custos.

Ainda se destaca que, por força da LEP, os presos provisórios não estão obrigados ao trabalho<sup>72</sup> pois a sua permanência no sistema carcerário ainda não é definida. No entanto, a proposição não prevê diferenciação de tratamento entre os encarcerados condenados e os provisórios, levando ao entendimento de que estes últimos ficariam gerando dívida para si quanto a seu custo sem sequer terem sido condenados.

#### **Gráfico 2. Tempo total de Penas da população prisional condenada.**



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

73

De acordo com este gráfico, que se faz importante para a presente discussão, a maior porcentagem de condenações opera em torno de quatro a oito anos. Aqueles condenados a mais de oito anos e menos de quinze, cujo cumprimento inicial se dá, via de regra, em regime fechado, correspondem a 23% da população.

<sup>71</sup> ANAMATRA. Ofício nº562/2018. p. 66 da numeração do Senado Federal e p. 10 do documento virtual. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7870791&ts=1543011769939&disposition=inline>

<sup>72</sup> BRASIL. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais, art. 29.

<sup>73</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016. Relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, p. 44. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes->. A numeração da tabela foi alterada, mas o título mantido.

O gráfico em questão não é suficiente para afirmar o tempo médio que os indivíduos ficam efetivamente presos, seja em regime fechado ou semiaberto, pois a pena em si é modificada no decorrer de seu cumprimento pelo instituto da progressão de regime, que se dá de maneiras diversas a depender se o crime é ou não hediondo, se o indivíduo remiu a pena, teve bom comportamento, etc. No entanto, este é suficiente para demonstrar que as penas são altas no Brasil e que a dívida para com o sistema será proporcionalmente alta quanto ao tempo de pena cumprido em estabelecimentos penitenciários.

Se o que se pretende é aumentar a disponibilidade de recursos para outros setores da sociedade com a economia do que se gasta com a manutenção do sistema carcerário, existem outras alternativas a curto prazo. Um por exemplo, sabendo que a quantidade de presos provisórios no Brasil representava no último levantamento 40,2%<sup>74</sup> dos presos, poderia ser criada uma política junto ao judiciário para diminuir a incidência de prisões preventivas em casos de pequena relevância.

Por fim, destaca-se que tratamos durante todo este estudo da função ressocializadora do trabalho na execução penal para arguir que, com a aprovação de tal projeto os aspectos de dignidade trazidos à discussão serão completamente mitigados, voltando o trabalho para o seu aspecto punitivo anterior. Vale frisar que o indivíduo que não trabalhar, ainda que por incapacidade do sistema, retornará para sociedade não só com o estigma de ex-presidiário como também de devedor.

---

<sup>74</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016. Relatório feito pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, p.8. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes->. A numeração da tabela foi alterada, mas o título mantido.

## **Considerações Finais**

Ao fazer o percurso histórico proposto no estudo, percebemos que o trabalho já foi tratado de diversas maneiras quando da execução da pena no curso da história. No entanto, o entendimento adotado pelo ordenamento jurídico mais recente é de que o trabalho corrobora com a reabilitação do indivíduo e sua reinserção na sociedade, ainda que o ambiente prisional brasileiro não se utilize desta ferramenta de maneira eficaz.

Constatou-se, no entanto, que embora as leis no Brasil já não tratem o trabalho prisional como vingança e punição, há diversas diferenças entre o tratamento do trabalhador livre e do encarcerado, vez que o ordenamento jurídico brasileiro não aplica as garantias previstas na CLT ao trabalho prisional. Ainda que exista justificativa constitucional para tal, vez que as contratações do Estado devem se dar por meio de concurso público, sendo o labor nesta esfera considerado como vínculo administrativo, não há sentido na diminuição de garantias quando tratamos deste tipo de trabalho.

Destaca-se, no entanto, que o trabalho prisional, por além da remuneração, recebe como retorno a remição da pena, na proporção de três dias trabalhados para um remido. Neste contexto, há presos que demonstram interesse no labor carcerário ainda que sem remuneração. Embora ciente de que a situação ideal é a de que todos os reclusos pudessem ter acesso ao trabalho remunerado como forma de reabilitação para o convívio social e de subsistência própria ou de sua família, não se pode ignorar que o Estado não apresenta capacidade para corresponder a este ideal, de tal sorte que os indivíduos devem ser livres para exercer o labor de maneira voluntária, contanto que não haja exploração desta mão de obra como se remunerada fosse, devendo ser seu horário e obrigações reduzidos.

Da análise feita propriamente do PLS 580/2015, notou-se certo desconhecimento do contexto carcerário em si, posto que, com o intuito de diminuir as despesas públicas com o sistema carcerário para destinar o montante economizado a outros setores da sociedade, como saúde e educação, ignora-se o fato de que o sistema carcerário, além de apresentar nível de precariedade indizível, não deve servir como segunda punição ao crime praticado. Esta segunda punição recairia não só sobre aqueles que teriam condições para arcar com seus custos

através de seu patrimônio acumulado, mas, principalmente, sobre aqueles que teriam que trabalhar na prisão para realizar esse ressarcimento.

Isso se daria vez que a remuneração do trabalho do preso, conforme verificamos nos dados apresentados, não é capaz de, na realidade atual, cobrir seu custo, de tal sorte que seria voltada unicamente para a cobertura dos custos do preso e ainda teria saldo residual. Como bem destacado pela Nota Técnica da ANAMATRA, tal situação se assemelharia ao trabalho escravo, posto que o Estado se beneficiaria tanto da prestação de serviço quanto da remuneração que deveria ser paga ao trabalhador.

Conclui-se, portanto, ser de extrema nocividade para o preso o ressarcimento integral dos seus custos, principalmente no que tange ao recluso que trabalha, sendo que o prejuízo pode se apresentar de três maneiras. A primeira delas se refere ao aspecto de dignidade conferido ao trabalho, que seria mitigado quando o preso deixasse de ter acesso a remuneração como meio de manutenção de sua subsistência e de seus familiares, quando for o caso, para ser destinada a cobertura de seu custo ao sistema penitenciário.

O segundo aspecto se relaciona ao primeiro, posto que, ao retirar a dignidade do trabalho, esvazia-se também sua função ressocializadora, passando o labor a ser mais forma de punir o preso pelo crime praticado, retomando a função retributiva.

Por fim, sabendo-se que o sistema não apresentou, até o momento, competência para gerar trabalho para a maior parte da massa carcerária, o terceiro prejuízo é de que a maioria dos egressos do sistema penal teriam o nome inserido na dívida ativa, posto que não teriam o perdão da dívida dado aos presos que trabalharam e, muito provavelmente, não teriam condições de arcar com o pagamento do montante do seu custo. Sendo que o pagamento desta dívida ainda seria dificultado com o estigma que recaí sobre ex-presidiários, que dificulta seu retorno ao mercado de trabalho. Desta feita, além de todos os efeitos negativos da pena, ainda recairiam mais estes aqui elencados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil da Empresa Brasileira de Comunicação. **“Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo”**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 04.12.2018, às 17:00.

ALVIM, Carlos Machado Rui. **O trabalho penitenciário e os Direitos Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1991. p. 25 e 26, no arquivo digital p. 11 e 12. Acesso em 04/12/2018.

ASSIS, Ilton Parecido de. **O Trabalho Prisional: o objetivo inalcançado da ressocialização do condenado**. Dissertação de mestrado, 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - ANAMATRA. **Nota Técnica – Ofício 562/3018**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7870791&ts=1543011769939&disposition=inline>. fl. 58 do inteiro teor. No link é a pg. 12. Acesso em 03.12.2018, às 21 horas.

BRASIL. **Código Criminal do Império**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 04/12/2018, às 01:00.

BRASIL. **Código Penal de 1890**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/12/2018. 01:30

BRASIL. **Constituição da República**.

BRASIL. **Lei 7.210 de 11 de julho de 1984**. Lei de Execuções Penais.

Comentários ao programa Participação popular, transmitido em 17 de abril de 2015, cujo tema era **“O preso deve trabalhar?”**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/sisnews-internet/?wicket:interface=:0:1:::>, Acesso em: 03.12.2018, às 18:30.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **RESOLUÇÃO 44 DE 26 de novembro de 2013**. <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>. Acessado em 04.12.2018.

Convenção Americana de Direitos Humanos. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm). Acesso em: 04.12.2018.

DELGADO, Gabriela Neves, **Direito Fundamental ao trabalho digno**. São Paulo Editora LTR, 2ª edição, 2016.

FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da Pena**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

GLOBO NOTÍCIAS. **Renda domiciliar per capita no Brasil fica em R\$ 1.268 em 2017, aponta IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/renda->

domiciliar-per-capita-no-brasil-fica-em-r-1268-em-2017-aponta-ibge.ghtml. Acesso em: 04.12.2018, às 18:47.

GLOBO NOTÍCIAS: **MPRJ denuncia 30 pessoas por fraude em licitação de quentinhas de presídios do RJ.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mprij-denuncia-30-pessoas-por-fraude-em-licitacao-de-quentinhas-de-presidios-do-rj.ghtml>. Acesso em: 04.12.2018. às 18:00.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. São Paulo: Editora Schwarcz s.a, 2014.

LIMA, Ana Paula da Silva; SANTOS, Maria de Fátima de Sousa. A Propósito da prisão e do Trabalho penitenciário. Disponível em: [file:///C:/Users/CamillaBrasil/Downloads/2942-4582-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/CamillaBrasil/Downloads/2942-4582-1-PB%20(2).pdf)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA NACIONAL – Departamento Penitenciário Nacional. “Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de junho de 2016.” Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes->. Acesso em: 03/12/2018 às 17:00.

NUCCI, Guilherme Souza. **Manual de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 12ª edição, 2014. Arquivo digital disponível em: <https://direitouniversitarioblog.files.wordpress.com/2017/02/manual-do-direito-penal-guilherme-nucci.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Trabalho Decente**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 03/12/2018 às 02:50.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora Ltda, 2011.

SENADO FEDERAL. MOKA, Waldemir. **Projeto de Lei do Senado nº 580 de 2018**. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123021>, Projeto de Lei que obriga o preso a trabalhar para pagar suas despesas. Acesso em: 03.12.2018, 18:03.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. **HC 413501 / SP**. Ministro relator: Ribeiro Dantas. <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=remi%E7%E3o+pela+leitura&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true> Acesso em 04 de dezembro de 2018, às 00:37 (Ratificação resolução 44, CNJ)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. **RESP Nº 1.302.924** – RS. Ministro relator: Sebastião Reis Júnior. [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1212860&num\\_registro=201200211719&data=20130306&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1212860&num_registro=201200211719&data=20130306&formato=PDF). Acesso 04.12.2018, às 01:12.